

Ilídio José Nunes de Oliveira Cadilhe, nascido em 5 de julho de 1973, natural de Vila Nova de Famalicão, residente em Santo Tirso.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Vogal Executivo do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E.P.E. (julho 2012 até ao presente), com responsabilidade específica na área de gestão e coordenação de vários serviços, nomeadamente, Gabinete Jurídico, Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Serviço de Aquisições e Logística, Serviço de Saúde Ocupacional e Gestão de Risco Geral, Serviço de Gestão Hoteleiro, Serviços Farmacêuticos, Serviço de Nutrição e Alimentação, Serviço Central de Esterilização, Serviço Religioso. Durante tal período desempenhou funções como Presidente da «Comissão de Risco Hospitalar», Presidente da «Comissão Coordenadora de Avaliação», Presidente «Comissão de Normalização de Produtos e Equipamentos» do IPO.

Advogado, Direção Jurídica e Recuperação de Crédito do Banco BIC Português, S.A. (abril a junho de 2012). Advogado, Responsável da Unidade de Assessoria Jurídica do Banco Português de Negócios, SA (maio de 2007 a abril 2012). Advogado, Unidade de Assessoria Jurídica do Banco Português de Negócios, SA (janeiro de 2002 a abril 2007). Advogado, escritório de advogados, Póvoa de Varzim (julho de 2001 até junho 2012). Advogado estagiário, na «Vellozo Ferreira, Cavaleiro Brandão, Pinheiro Torres & Associados, Sociedade de Advogados» (setembro de 1999 a julho de 2001).

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: Licenciado em Direito, Universidade Lusíada, Porto (1999). Pós-Graduado em Direito do Trabalho, Universidade Moderna, Porto (2000). CAP — Certificado de Aptidão Pedagógica (2003). Curso «Contencioso Laboral», Ordem dos Advogados, CD Porto (2005). Formação «Contratos ISDA (International SWAPS and Derivates Association)», VdA — Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados (2005). Curso de «Direito Bancário», IFB — Instituto de Formação Bancária, Porto (2006). «Cooperação e Trabalho em Equipa», «WeChange — People, Process and Performance» (2006). Frequência Pós-graduação Direito Bancário, da Bolsa e Seguros (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007). Curso de «Produtos Bancários e Financeiros», IFB — Instituto de Formação Bancária, Porto (2008). Curso «DMIF — Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros e os Clientes», IFB — Instituto de Formação Bancária, Porto (2008). Curso «Gestão e Estratégia Financeiras na Saúde», Delegação da Ordem dos Médicos — Norte (2012). PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, na AESE Escola de Direção e Negócios (2012).

Rosa Sousa Martins da Rocha Begonha, filha de José Moreira da Silva Martins da Rocha e de Rosa Coelho da Silva e Sousa, nasceu em Matosinhos em 3 de maio de 1952.

Licenciatura em Medicina e Cirurgia na FMUP em 1976.

Doutoramento em Medicina na FMUP em 1999

Cargos Académicos:

Docente de Farmacologia e de Terapêutica Geral e Farmacologia Clínica na FMUP.

Professora associada convidada da Universidade Fernando Pessoa.

Regente da cadeira do Mestrado em Cuidados Paliativos da FMUP.

Carreira Assistencial:

Terminou em 1987 o Internato Complementar de Medicina Interna no H. S. João.

Especialidade de Medicina Interna pela Ordem dos Médicos em julho de 1988.

Assistente Hospitalar de Medicina Interna no IPO — Porto em julho de 1990.

Especialidade de Oncologia Médica em dezembro de 1992.

Consultor de Medicina Interna da Carreira Médica Hospitalar em maio de 1994.

Chefe de Serviço de Medicina Interna em abril de 1998.

Especialidade de Farmacologia Clínica pela Ordem dos Médicos, em 2006.

Cargos e Funções Hospitalares:

Diretora do Serviço de Farmacologia Clínica do IPO-P e Diretora do Centro de Formação.

Membro da Comissão de Farmácia e Terapêutica do IPO-P.

Chefe de serviço no Serviço de Oncologia Médica do IPO-P em 2006.

Monitora da prescrição médica de medicamentos e ECDT.

Autora de trabalhos científicos publicados em revistas estrangeiras com «*referes*» e de trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e autora de capítulos de livros de ensino.

Apresentou diversos temas em Reuniões Científicas de pós-graduação e tem diversas Comunicações livres/*posters* apresentados em congressos.

Participou em ensaios clínicos de fase III na área da oncologia.

Foi membro de júris de Exames da Carreira Médica Hospitalar e de júris de provas de mestrado.

Fez parte da Comissão Organizadora de diversas reuniões científicas.

Maria Isabel Dias Sequeira

Local e data de nascimento: Porto, 26 -06 -1960

Nacionalidade: Portuguesa

Formação Académica E Profissional:

Enfermeiro Chefe por Júri nomeado do Instituto Português de Oncologia Porto -2003

Licenciatura em Enfermagem pela Escola de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora — 1980.

Experiência Profissional:

Integra o Conselho de Administração do IPO Porto desde janeiro 2006.

Responsável pela implementação da avaliação por rotina da Qualidade de Vida Relacionada com a Saúde nos serviços de Cabeça & Pescoço e Otorrinolaringologia.

Responsável pelo planeamento e abertura da Unidade de Cirurgia Ambulatória, formação e integração das equipas.

Responsável pelo Bloco Operatório — gestão de recursos humanos e materiais.

Atividades Relevantes:

Diversas publicações e comunicações de caráter técnico e científico na área da implementação da avaliação por rotina da Qualidade de Vida.

Tem frequentado regularmente ações de atualização profissional em particular nos domínios da Gestão de Cuidados e Saúde — PADIS — (Programa de Alta Direção para Dirigentes de Instituições de Saúde).

Responsável por parcerias de colaboração científica e formação clínica interinstitucionais.

Investigadora no projeto intitulado «Medição de valor em oncologia» financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

207716225

Biblioteca Nacional de Portugal

Aviso (extrato) n.º 4331/2014

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 251.º do anexo I à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a trabalhadora Emilia Mendes Lourenço Caetano, assistente operacional, cessou funções por motivo de aposentação, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014.

18 de março de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.

207715845

Direção-Geral do Património Cultural

Despacho (extrato) n.º 4614/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público o seguinte despacho do Exmo. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural, Doutor Nuno Vassallo e Silva, datado de 19 de março de 2014:

“Foi publicado no *Diário da República* n.º 250, 2.ª série, de 26 de dezembro, sob o Aviso n.º 15701/2013, e publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE201312/0141, o procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau como Chefe da Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico do Departamento de Bens Culturais da DGPC.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídos os processos de seleção, o júri do referido procedimento concursal propôs que a nomeação recaísse sobre o candidato José Carlos de Sousa Cardoso Bessa, em virtude de reunir os requisitos legais e específicos exigidos e ter demonstrado possuir o perfil adequado e as competências necessárias para o desempenho do cargo a prover.

Nestes termos, e de acordo com o disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o licenciado José Carlos de Sousa Cardoso Bessa para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico, equiparado a cargo de direção intermédia de 2.º grau.

2 — A designação referida no número anterior produz efeitos à data do presente despacho.